

Portugal lidera aumento do peso das despesas das famílias no superior

Relatório *Education at a Glance* avalia sistemas educativos em 46 países. Portugal surge com um recorde pela negativa, mas tem nota positiva na despesa pública em investigação

Educação Clara Viana

É um recorde pela negativa o que Portugal alcança no último retrato dos sistemas educativos apresentado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE): a percentagem da despesa dos privados, sobretudo das famílias, no ensino superior é a mais alta da União Europeia (UE) – 45,7%.

Segundo os dados apresentados no relatório *Education at a Glance* divulgado ontem, acompanhados neste pódio, na UE, a Hungria (45,6%) e o Reino Unido (43,1%), a que se juntam nos 46 países analisados, 34 dos quais da OCDE, o Japão (67,7%), o Chile (65,4%) e os Estados Unidos (62,2%).

Em comum têm também o facto de este aumento da contribuição privada ser sobretudo alimentado pelas famílias. Da fatia de quase 46% respeitante a Portugal, 35% foram suportados pelas famílias. Em média este valor na UE foi de 14% e na OCDE de 21,7%.

Mas o contraste está também na comparação dos valores portugueses com as médias e tendências da OCDE e da UE. Enquanto em Portugal a despesa dos privados subiu, entre 2010 e 2012, de 31% para quase 46%, na OCDE a média destes gastos desceu de 31,6% para 30%, e na UE a queda foi de 23% para 22%.

Os dados relativos às despesas na educação neste relatório datam de 2012 e dão conta, sobretudo, do impacto da crise económica no sector – mas também de situações anteriores e que se mantêm. Em 2012, o valor anual das propinas no superior público rondava os 1000 euros, perto do actual, e no Reino Unido ultrapassava os 4000 euros. Virtualmente, na altura, Portugal era o 10.º país na UE com propinas mais caras, mas, devido aos apoios dos Estados e a muitas excepções praticadas nos outros Estados, acabava por se situar no terceiro lugar dos que exigiam maior despesa das famílias.

A este cenário de base juntou-se em 2012 o facto de “a maior parte das famílias portuguesas ter sofrido

do uma quebra de rendimentos, enquanto os gastos para manter os filhos no ensino superior permaneceram iguais”, lembra ao PÚBLICO o presidente do Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), António Cunha. Soma-se ainda “uma redução dos apoios da Acção Social Escolar”, que então se registou e que no superior se traduz sobretudo nas bolsas atribuídas.

António Cunha salienta que este panorama começou a mudar de novo, para melhor, a partir de 2014. Nesse ano foram revogadas também as regras instituídas durante o Governo de José Sócrates, em 2010, que excluía do direito a bolsas os alunos cujas famílias tinham dívidas às Finanças ou à Segurança Social.

Estaremos, portanto, neste relatório da OCDE, face a um retrato do passado recente, mas que dá conta de consequências que são duradouras em muitos agregados e que, em Portugal, contribuiu para a quebra de candidatos ao ensino superior registada a partir de 2010 e que só se inverteu este ano.

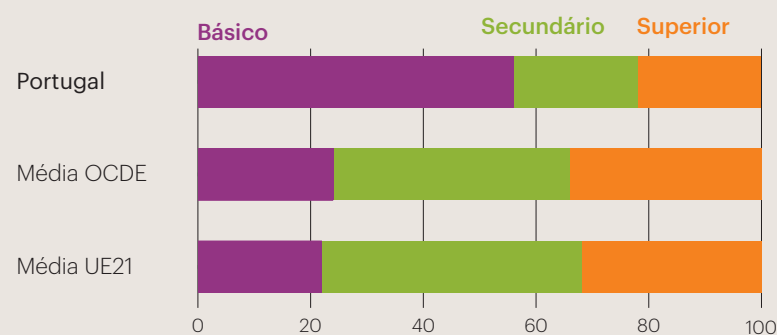
É uma relação directa: quando a despesa das famílias aumenta no ensino público, é porque o contributo do Estado diminuiu. Entre 2010 e 2012 registou-se uma quebra na despesa pública nas instituições em 11 países da OCDE, Portugal incluído.

Em cinco países essa redução foi de 5% ou mais. São eles, segundo a OCDE, a Hungria, Itália, Portugal, Eslovénia e Espanha. Existem diferenças entre eles? Sim. Portugal foi o que teve a maior quebra no conjunto de todos os níveis de ensino: 14%. Só no ensino superior passou de um peso de 69% em 2010 para 54,3% em 2012.

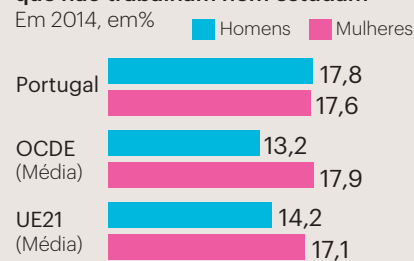
Mas a OCDE não traça o retrato de Portugal só a negro. Refere, por exemplo, que dos 23 países que tinham dados separados em relação à despesa pública em investigação, Portugal figurava entre os dez em que esta fatia representava, pelo menos, 40% do custo total por aluno no ensino superior. Que por cá continuava, em 2014, a ser bem inferior às médias da OCDE e da UE: cerca de 5400 euros em Portugal por comparação a entre mais de 11 mil e 12 mil de média na OCDE e na UE.

Educação com melhores resultados, mas ainda

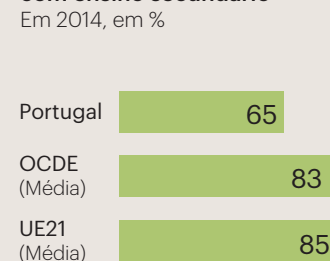
Qualificação da população por nível de ensino em 2014
Entre os 25 e os 64 anos, Em %



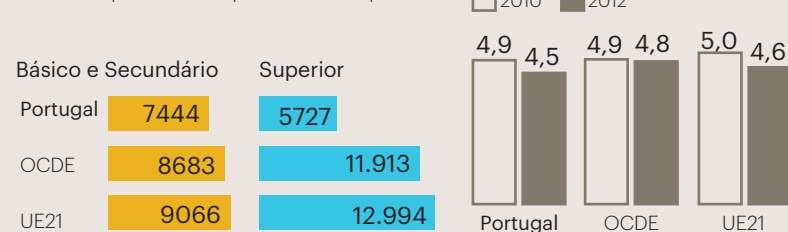
Jovens entre os 15 e os 29 anos que não trabalham nem estudam
Em 2014, em %



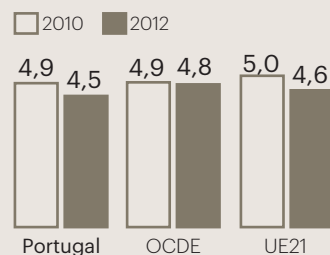
População com 25 a 34 anos com ensino secundário
Em 2014, em %



Despesa por estudante no ensino público
Em 2014, em dólares convertidos usando a paridade do poder de compra



Despesa pública na Educação
Em % do PIB



Há mais mestres do que licenciados

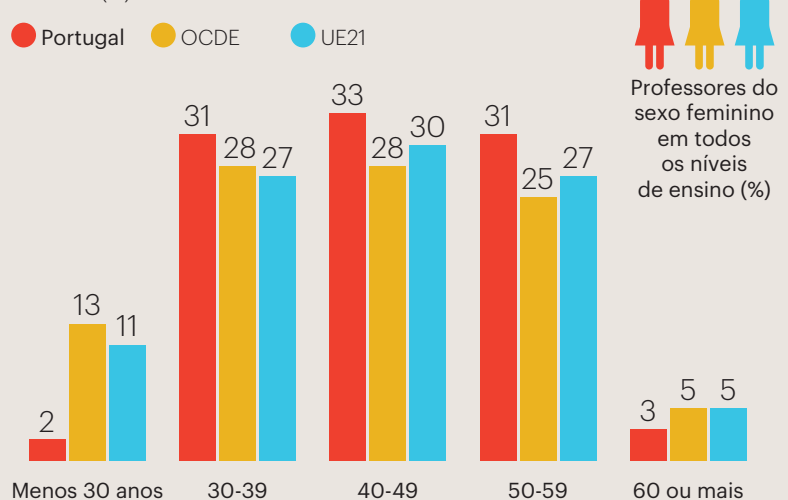
Uma alteração nos níveis da Classificação Internacional Normalizada da Educação, conhecida pela sua sigla em inglês ISCED (International Standard Classification of Education), terá levado Portugal a um destaque pela positiva na edição de 2015 do *Education at a Glance*, que constata que escolaridade da população é “bastante desigual”. Por um lado, continua a ser o segundo país da OCDE com uma percentagem mais elevada da população entre 25 e os 64 anos que não concluiu o ensino básico (36%). Mas, por outro, na população da mesma faixa etária “17% têm o grau de mestre, bem acima da média da OCDE, que se situa nos 11%”, 5% de adultos com licenciatura e 1% com doutoramento.

Neste relatório da OCDE foram aplicados os novos níveis

do ISCED aprovados em 2011 para responder à proliferação de diferentes ofertas no superior e alterações da reforma de Bolonha. Ao PÚBLICO o consultor da OCDE Diogo Paula admite que a reforma de Bolonha “pode ser uma das explicações” para o salto na percentagem de mestres, mas alerta também que “há menos portugueses do que a média a obter um diploma de mestrado como primeira qualificação do superior, o que seria o equivalente a um programa de cinco anos”. Na verdade, 15% têm o mestrado como primeira formação contra uma média de 18% na UE. Já o valor dos que obtiveram um grau de bacharelato ou equivalente, incluindo as licenciaturas de 1.º ciclo de Bolonha, sobe para 85%, rondando a média na OCDE e na UE os 70%.

QUEM SÃO OS PROFESSORES?

Docentes por idade no ensino primário (1.º e 2.º ciclos)
Em 2013 (%)



70 67 70
Professores do sexo feminino em todos os níveis de ensino (%)

Portugal “tem de abandonar a ideia de que os jovens fazem todos ou o ensino geral ou o ensino profissional, o que não é verdade em nenhum país europeu”

Joaquim Azevedo
Professor da Universidade Católica

Diferença entre gerações no país é a maior da OCDE

Clara Viana

A clivagem entre gerações em Portugal entre os que têm o ensino secundário “é a maior dos países” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Em 2014, 65% do grupo entre os 25 e os 34 anos tinham concluído este nível de ensino, enquanto na população dos 55 aos 64 anos esta percentagem “era apenas de 23%” contra 66% na OCDE.

Esta é uma das conclusões do último relatório sobre o estado da educação divulgado ontem. Apesar do progresso registado entre os mais novos, a percentagem dos que concluíram o secundário neste grupo “continua aquém da média da OCDE, que se situa nos 83%”. É outra das constatações presentes na edição de 2015 do *Education at Glance*.

Para Joaquim Azevedo, professor da Universidade Católica e especialista em educação, este distanciamento de Portugal vem confirmar, de novo, que “o nosso atraso é mesmo estrutural e não se resolve com qualquer voluntarismo ou com pressa”. “Só mesmo o tempo cura estes desastres do séc. XX português”, adianta.

Mas entretanto, acrescenta, “há algo a fazer que pode ir ajudando a acelerar o processo de escolarização da população mais jovem”. Entre as medidas que destaca com este fim figuram “a escolaridade obrigatória até aos 18 anos e o desenvolvimento de mecanismos de flexibilização curricular para a realização mais diversificada do nível secundário de ensino e formação”.

Esta última proposta pressupõe que Portugal “tem de abandonar a ideia de que os jovens fazem todos ou o ensino geral ou o ensino profissional, o que não é verdade em nenhum país europeu”. Por isso diz que “é preciso fomentar outros projectos e dinâmicas e sustentar redes locais de instituições de ensino e formação para se encontrar sempre uma proposta educativa para cada um. E é necessário também reforçar a boa ligação à comunidade e aos mercados de trabalho”.

Para já, os dados do *Education at Glance* mostram o peso da opção pe-

las ensino vocacional/profissional: 86% dos jovens portugueses com menos de 25 anos que concluíram o secundário fizeram-no através destas vias, acima da média da OCDE, que se situa nos 83%. Entre os países com uma experiência recente do ensino vocacional, Portugal e a Nova Zelândia são aqueles em que mais subiu a percentagem de jovens que conclui o secundário por esta via (mais de 40 pontos percentuais).

Prémio salarial

Quanto à percentagem de adultos com ensino superior (22%) continua a ser inferior às médias da OCDE (33,5%), embora por comparação com 2011 o grupo de licenciados tenha aumentado mais significativamente em Portugal, nomeadamente na população entre os 25 e 34 anos: passou de 25% para 31%. Na OCDE esta variação foi de 39% para 42%.

Segundo a agenda 2020 estabelecida pela Comissão Europeia, todos os Estados-membros da União Europeia (UE) deverão atingir os 40% de

adultos nesta situação têm emprego, um valor que desce para 70% quando o nível máximo de qualificação é o secundário; os que têm o superior concluído também ganham em média mais 60% do que aqueles que se ficaram pelo escalão anterior.

Em Portugal, o prémio salarial para os que concluíram o superior é até maior do que o registado na OCDE, já que ganham em média mais 68% do que aqueles que se ficaram pelo secundário. Um bom sinal? Talvez não, já que segundo a OCDE esta particularidade portuguesa “reflecte o facto de a percentagem de jovens licenciados (31%) ser inferior” à da média dos países da organização, ou seja, está relacionada com a escassez da oferta.

Entre 2012 e 2014 também cresceu o número de jovens entre os 15 e os 29 anos que não estão nem a estudar, nem a trabalhar. A percentagem dos chamados “nem-nem” neste grupo etário passou de 16,6% para 18%. Na UE e na OCDE, a média dos “nem-nem” nesta faixa etária rondava, em 2014, os 15,5%.

No editorial desta edição de 2015, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, sublinha que “o panorama da educação mudou enormemente nas últimas duas décadas”, sendo uma das diferenças principais o facto de, em todo o mundo, existirem mais crianças a frequentar as escolas. Nos próximos anos o desafio será o de assegurar, de facto, “uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, bem como assegurar a aprendizagem ao longo da vida para todos”. São os grandes objectivos para 2030 que integram, nesta área, a estratégia para um desenvolvimento sustentável aprovada pela ONU.

Para tal, acrescenta Gurría, é necessário garantir que “todas as crianças tenham acesso a pelo menos 12 anos de escolaridade”, o que já acontece em Portugal, e que as escolas consigam que saiam, no mínimo, com as competências necessárias a um desempenho eficaz na sociedade. Os testes PISA realizados pela OCDE para medir a literacia dos jovens de 15 anos têm mostrado “que nem todos o conseguem”, sublinha Gurría. Em Portugal, em 2012, era esta ainda a situação de cerca de 20% dos alunos de 15 anos.



“O nosso atraso é estrutural e não se resolve com voluntarismo ou com pressa”, avisa Joaquim Azevedo

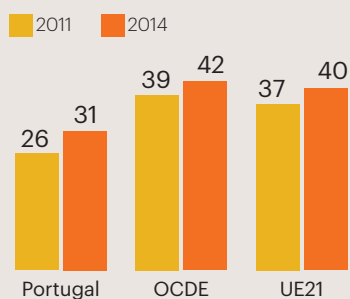
licenciados no grupo dos 30 aos 34 anos. Ao contrário de Portugal, muitos dos países europeus já atingiram ou ultrapassaram esta meta.

Apesar de a OCDE não coligir dados para a faixa dos 30 aos 34 anos, o consultor Diogo Paula, que é o autor da nota sobre a situação em Portugal, não considera que se esteja “muito longe” de atingir a meta da UE, tendo em conta o “aumento de seis pontos percentuais registado entre 2010 e 2014” no grupo entre os 25 e os 34 anos, que é aquele sobre o qual a organização colige dados. Adianta, contudo, que “é muito difícil avaliar o cumprimento das metas a seis anos de distância”, até porque as faixas etárias eleitas para este balanço pela OCDE e pela UE são diferentes.

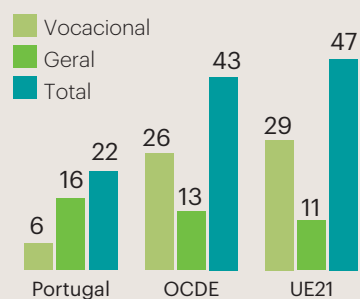
Como tem sido habitual nos seus estudos sobre a educação, a OCDE volta a destacar as vantagens de ter uma formação superior: 80% dos

muito aquém da OCDE

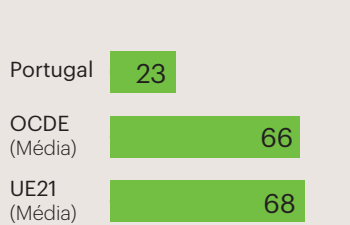
População entre os 30 e os 34 anos com ensino superior Em%



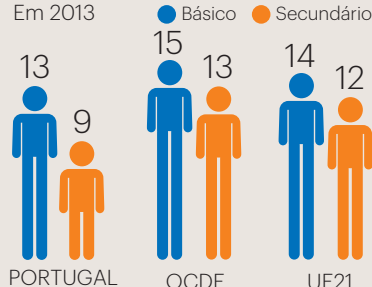
População 25-64 anos com ensino secundário por tipo de formação Em 2014, em%



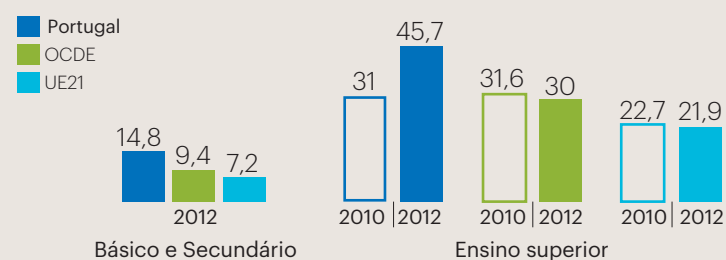
População entre os 55 e 64 anos com ensino secundário Em 2014



Rácio de alunos por professor Em 2013



Despesa suportada pelas famílias e outros privados na educação Em %



SALÁRIOS APÓS 15 ANOS

Em dólares convertidos usando a paridade do poder de compra

	Pré	Primária	3.º Ciclo	Secundário
Portugal	36.663	36.663	36.663	36.663
OCDE	38.653	41.245	42.825	44.600
UE21	38.688	40.519	42.485	44.507

NÚMERO DE HORAS DE AULAS DE ENSINO DOS PROFESSORES

	2011		2013		2011		2013	
	Pré	Primária	3.º Ciclo	Secundário	Pré	Primária	3.º Ciclo	Secundário
Portugal	965	960	880	747	774	609	774	609
OCDE	994	1005	790	772	709	694	664	643
UE	977	995	777	756	669	656	651	625